



INFORMATIVO MINISTÉRIO PÚBLICO Paraíba

Ano I • Nº 8 • Março de 2009

PGJ distribuirá cartilha para divulgar a Ouvidoria do MPPB

A Procuradoria Geral de Justiça da Paraíba vai lançar, ainda neste semestre, uma cartilha para esclarecer a população sobre a função e a importância da Ouvidoria-Geral do Ministério Público.

Pág. 4



GNECOC
MPPB sedia encontro
de combate ao
crime organizado

Pág. 3

CEAF
Evento debate
reforma do Código
de Processo Penal

Pág. 5

EXPLORAÇÃO
Código de Postura
contra turismo
sexual será lançado

Pág. 7

A origem histórica do Ministério Público

Este mês o Informativo do Ministério Público traz, no seu espaço opinião, síntese da Evolução da Carreira Ministerial no Curso da História. O trabalho da lavra do ilustre Procurador da República Kleber Martins de Araújo, além de traduzir, com brilhantismo a vida do Ministério

Público, se harmoniza inteiramente com o editorial que ocuparia esta página. Por esta razão, nos associamos ao artigo acima referenciado, abrindo espaço, para uma única publicação nesta edição, face a harmonia das opiniões entre as instituições.

Kleber Martins de Araújo*

O Ministério Público não tem uma origem histórica comum nas diversas nações do mundo e tampouco já nasceu com a feição que hoje possui.

Alguns estudiosos, não obstante, costumam apontar o magai do antigo Egito como o "parente" mais remoto dos atuais membros do Ministério Público. Eram eles agentes públicos incumbidos de punir os rebeldes e os violentos, proteger os cidadãos pacíficos, acolher os pedidos do homem justo, ouvir as notícias de delitos, tomar parte nas instruções para descobrir a verdade e indicar as disposições legais aplicáveis a cada caso. Não detinham, no entanto, o plexo de atribuições, as garantias, as prerrogativas e a posição estratégica dentro do sistema de Justiça ora ostentadas por aqueles que compõem o Ministério Público moderno.

Foi somente tempos depois, no final da Idade Média, na França, que surgiu o verdadeiro precursor dos integrantes do moderno Ministério Público. Foi ele escolhido dentre aqueles que, então, exerciam a função de juiz, para que passasse a exercer com exclusividade a tarefa de acusar.

Até então, sobretudo em Roma, uma vez cometido um crime, um mesmo agente público era encarregado de fazer a acusação, de produzir as provas e de julgar a mesma acusação. Esse agente, dessa forma, acumulava as funções de acusador e de juiz. O "juiz-inquisitorial" dos tribunais da Inquisição seria o melhor exemplo desse agente, sendo esse modelo de processo penal, não à toa, batizado de inquisitivo.

Nos dias atuais, não encontraremos na estrutura do Estado um servidor público com poderes semelhantes. Se existisse, tratar-se-ia de uma espécie de promotor-juiz, ou juiz-promotor, isto é, alguém que incorporaria, simultaneamente, as atribuições de ambos os cargos.

Na França, o processo penal desenvolveu-se sob outra ótica. Aqui percebeu-se que não havia como ser realizado um julgamento justo enquanto as tarefas de acusar e de julgar recaíssem sobre uma mesma pessoa. Isso porque a experiência demonstrou que, de regra, quem

julga a acusação promovida por si próprio tende a acolhê-la, apegando-se ao seu teor, tomando-a como verdadeira e minimizando a importância dos argumentos em sentido contrário; não haveria nesse sistema, por isso, a imparcialidade necessária para proferir o julgamento do caso, já que esse agente estaria inclinado a tornar-se partidário da tese de acusação sustentada por ele próprio em momento anterior.

Com base nessa constatação, foram traçadas, nesse momento histórico, as bases de um novo sistema processual penal, denominado de acusatório. São elas: a) a missão de punir os responsáveis pelo cometimento dos ilícitos mais graves na sociedade incumbida ao Estado; b) essa missão é composta por duas atividades inconfundíveis, a acusação e o julgamento, aquela realizada antes desta; c) a punição dos delinquentes com justiça pressupõe que a acusação seja realizada por um órgão ou agente público distinto daquele a quem incumbe a tarefa de julgar. Assentaram-se, assim, os princípios do promotor natural, pelo qual ninguém pode ser processado sem um acusador legítimo e idôneo, e da inércia jurisdicional, segundo o qual o juiz não pode punir os ilícitos que verifica na sociedade por iniciativa própria, senão somente mediante a provocação de terceiros.

Eis as raízes históricas do Ministério Público e do Judiciário modernos, ambos resultantes da divisão das atribuições daquele órgão anômalo existente na Idade Média. A tarefa de aplicar sanções aos infratores da lei passariam a ser realizadas não mais por um, mas por dois órgãos do Estado. Ao primeiro cumpriria, com exclusividade, a tarefa de acusar os delinquentes perante o Judiciário; a este, por sua vez, o encargo de apreciar essa acusação, julgando-a. O Ministério Público não poderia julgar as acusações que formulava, dependendo, dessa maneira, das decisões do Judiciário; este não mais poderia trazer a si próprio as acusações, passando a depender das que fossem formuladas pelo Ministério Público.

Inicialmente, ambas as instituições foram compostas por integrantes da magistratura até então existente. Isso não apenas pela origem comum, como também pela natureza pública de ambas as instituições, pela importância das respectivas funções e pelo modo imparcial como os membros das duas buscam a aplicação da lei aos casos concretos – mesmo quando o Ministério Público é parte de algum processo.

Os pri-

meiros membros do Ministério Público surgiram no reinado de Felipe III (1245-1285), da França, sendo denominados procureurs du roi (Procuradores do Rei). Tratavam-se de juizes, ou magistrados especiais, designados para proceder à acusação. Mas foi no reinado seguinte, de Felipe IV, o Belo (1285-1314), que o Ministério Público surgiu como instituição. A Ordenança de 23 de março de 1303 é considerada sua certidão de nascimento, regulando as competências dos Procuradores do Rei e instituindo o Ministério Público como magistratura especial, encarregada exclusivamente de perseguir, de ofício, os delinquentes de delitos conhecidos.

No Brasil, seguindo a mesma linha do Direito francês, os primeiros membros do Ministério Público eram integrantes do Judiciário designados para exercer a acusação criminal perante os Juízos onde até então atuavam. São exemplos disso a Constituição de 1824, que criou o Supremo Tribunal de Justiça e os Tribunais de Relação, dentre cujos desembargadores eram nomeados os Procuradores da Coroa, e a Constituição de 1891, que estabeleceu que o Procurador-Geral da República seria indicado pelo Presidente da República, devendo a escolha recair na pessoa de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Nas constituições seguintes, conquanto a ele tenha sido dispensado um arcabouço normativo significativamente inferior ao do Poder Judiciário, o Ministério Público foi paulatinamente ganhando autonomia e feição próprias enquanto instituição, até o advento da Constituição Federal de 1988, que o colocou como "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Seus membros e os do Judiciário permaneceram ostentando garantias comuns, como independência funcional, vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.

De "Procuradores do Rei", os membros do Ministério Público passaram a ser chamados Procuradores da República ou Promotores de Justiça, conforme pertençam ao Ministério Público Federal ou Estadual, respectivamente. A atuação dos mesmos não mais se restringe à de acusadores no processo criminal. Com efeito, atuam agora, com amplos poderes, para prevenir, corrigir e coibir todos os atos que infringem a lei e que atingem direitos pertencentes a toda a coletividade – como os relativos ao meio ambiente, à probidade e à regularidade no serviço público, à saúde, aos direitos do consumidores, dos idosos, deficientes, crianças e adolescentes -, os quais não têm condições de serem defendidos a contento, individualmente, pelas pessoas em geral.

*** Procurador da República e ex-Promotor de Justiça**

EXPEDIENTE

Procuradora-Geral de Justiça:
Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Subprocurador-Geral de Justiça:
José Roseno Neto
Corregedor-Geral do Ministério Público:
Paulo Barbosa de Almeida
Secretário-Geral do Ministério Público:
Cláudio Antônio Cavalcanti

Jornalista Responsável:
Eloise Elane – DRT/PB- 2687/90
Registro nº 293
Integrantes da Assessoria de Imprensa do MPPB:
Almira Félix, Lila Santos e Cristina Fernandes
Fotógrafo:
Adeilton Almeida
Projeto Gráfico e Diagramação:
Sebastian Fernandes - Registro nº 1.742



Ministério
Público da
Paraíba

Procuradoria Geral de Justiça
Rua: Rodrigues de Aquino, S/Nº, Centro,
CEP: 58.013-030 - João Pessoa-PB

Tiragem: 1.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba sedia reunião para discutir ações de combate ao crime organizado

DURANTE DOIS DIAS (26 E 27) DO MÊS DE MARÇO PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA DE TODO O BRASIL, QUE ATUAM NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, ESTIVERAM REUNIDOS EM JOÃO PESSOA/PB, PARTICIPANDO DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO NACIONAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (GNCOOC).



Gilson Dipp proferindo palestra

O evento, que foi organizado pelos membros do Ministério Público Estadual e integrantes do Gaeco (Grupos de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado), que é coordenado pelo Procurador de Justiça, Francisco Sagres, trouxe à Paraíba o Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional do Conselho Nacional de Justiça, Gilson Langaro Dipp, que ministrou palestra abordando as “Tendências para inibição dos crimes financeiros e lavagem de dinheiro para os

próximos anos”.

O Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, Cláudio Soares Lopes, responsável pela palestra de abertura, sugeriu que a sociedade brasileira precisa se organizar, através dos seus vários segmentos, para ajudar no combate ao crime.

De acordo com o Presidente do GNCOOC, o Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte, José Augusto Perez, atualmente são organizados dois encontros anuais, com a finalidade de troca de experiência e integração dos membros, vez que entre um encontro e outro ocorrem diversas ope-

rações, várias delas envolvendo mais de um estado, atuando em conjunto. “O Ministério Público da Paraíba candidatou-se a sediar o encontro, quando da realização da reunião anterior, que ocorreu em agosto 2008, no Rio de Janeiro e como este MP tem se destacado no cenário nacional, sobretudo em razão da Operação 274, a proposta foi prontamente acolhida”, destacou.

No último dia do evento, o Ministro Gilson Dipp, destacou as interceptações telefônicas, a delação premiada e a cooperação internacional como estratégia importante para combater o crime organizado. “Hoje, o MP e a polícia se deparam não mais com crimes comuns e individuais, mas com crimes que, via de regra, são mais complexos e transnacionais. Precisamos ter a consciência de que os métodos e os meios de investigação, de persecução penal, de processamento e julgamento não são os convencionais. É preciso que nós também nos preparemos para termos condições técnicas de conhecimento para enfrentar organizações que estão muito bem preparadas e que são exclusivamente voltadas à prática de crimes”, defendeu.

Janete Ismael faz avaliação positiva do Encontro

Na avaliação de Janete Ismael, o fato de o MPPB ter sediado o 20º Encontro do GNCOOC foi uma conquista. “Faço uma avaliação positiva desse encontro, já que o número de participantes foi mais do que o esperado. Além disso, o evento se destacou pelo conteúdo das palestras e pelas experiências trocadas entre os membros, além dos estudos para parcerias futuras. O MP lucrou muito com esse evento e bons frutos vão surgir daqui. Provavelmente, as parcerias e a troca de experiência resultarão em novas operações na Paraíba”, acrescentou.



O coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco/PB), o Procurador de Justiça, Francisco Sagres, também avaliou positivamente o 20º Encontro do GNCOOC. “Os módulos apresentados pelas comissões foram de um aproveitamento excepcional para os integrantes dos três grupos que discutiram a pirataria, o crime organizado na área de assalto a bancos, adulteração de combustível, tráfico de armas e entorpecentes”, acrescentou.

De acordo com Sagres, os ensinamentos, as orientações, os exemplos e as experiências que foram trazidas pelos membros do MP de todo o País foram de grande importância. “Hoje, temos a organização criminosa globalizada e, por isso, temos que nos preparar com elementos, temos que orientar os nossos companheiros e colegas que trabalham no interior dando a eles capacidade de gerenciamento para o combate a esse tipo de criminalidade e de elementos para combatê-lo, junto com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar e a Polícia Civil do nosso Estado”, disse.

O procurador de Justiça também reconheceu a importância do trabalho da imprensa para divulgar as ações de combate ao crime organizado na Paraíba e em todo o País. “Os louros do encontro nacional se devem à cobertura e à importância que a imprensa deu ao evento. A imprensa é irmã do MP e sem ela, com certeza, quase todos os crimes de grande repercussão nacional não seriam desvendados”, avaliou.

Marilene Campos é empossada no cargo de Procurador de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba empossou a Procuradora **Marilene de Lima Campos de Carvalho**. A solenidade aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça e contou com a presença de membros, juristas, parlamentares, amigos e parentes da empossada.

Em seu discurso de posse Marilene de Carvalho renovou os votos do compromisso que fez de bem servir ao Ministério Público quando tomou posse no cargo de Promotora de Justiça, há 27 anos. Disse ainda que, a posição que ocupava era o resultado de uma trajetória de vida marcada por muito esforço, perseverança e incansável dedicação aos estudos.

Ela fez um relato de sua vida e todas as dificuldades enfrentadas desde a alfabetização até chegar ao primeiro emprego, conquistado através de concurso público. Trabalhou na antiga Telpa, no Ministério do Exército, na Justiça Federal, até ser aprovada em concurso público para o cargo de Promotora de Justiça Substituta, sendo sua primeira Promotoria na cidade de Teixeira. Passou ainda por Queimadas, Belém, Caiçara, Píripituba, Rio Tinto, Mamanguape e por fim na Capital.

Pelo Ministério Público da Paraíba, Marilene de Carvalho foi saudada pela Procuradora de Justiça Sônia Guedes Alcoforado, que fez um relato da vida da empossada. “Tão serena quanto aclimada a desafios, rumou para a comarca de Belém e se fez respeitar pela isenção e lisura que assinalaram sua atuação. Ante esse reconhecimento, findou merecedora do título de cidadã daquele município e, conseqüentemente, minha conterrânea por adoção”, ressaltou Sônia Guedes Alcoforado.

Coube a filha da nova Procuradora, Késsya Samara Campos de Carvalho, saudar a mãe pela Ordem dos Advogados do Brasil. Ela ressaltou que Marilene Campos estava recebendo a coroação pelos quase 30 anos de vida dedicada ao Ministério Público. Contou que cresceu assistindo sua mãe estudar os processos e dedicar quase todo o seu tempo à instituição, “fazendo tudo com muito amor”. “Meu maior regozijo é dizer que esta mulher de quem falo é a minha mãe”, disse orgulhosa, acrescentando que a tem como modelo e que gostaria de ser ela.



PGJ distribuirá cartilha para divulgar a Ouvidoria do MPPB

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA VAI LANÇAR, AINDA NESTE SEMESTRE, UMA CARTILHA PARA ESCLARECER A POPULAÇÃO SOBRE A FUNÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA OUVIDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Há mais de um mês, a equipe da Ouvidoria-Geral da instituição tem se dedicado à criação da publicação, que será distribuída em escolas, hospitais, terminais rodoviários, nas sedes do Ministério Público e nos fóruns de Justiça de todo o Estado. Até o final de abril, a versão online da cartilha estará disponível no site www.pgj.pb.gov.br.

Além da cartilha, um folder e um cartaz produzidos para divulgar o trabalho da Ouvidoria-Geral do MPPB também foram apresentados aos Ouvidores-Gerais dos Ministérios Públicos de outros Estados, durante uma reunião realizada em Belo Horizonte, em março. O encontro foi realizado para aprovar o Estatuto do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), que tem como um dos 17 membros a Procuradora da Justiça e Ouvidora-Geral do

MPPB, Otanilza Nunes de Lucena. “Fiquei muito feliz por ter sido eleita para ser um dos conselheiros do CNOMP”, comentou a Procuradora de Justiça.

Segundo Otanilza, o CNOMP se reunirá a cada três meses em Minas Gerais (estado do presidente do órgão, o Procurador de Justiça, Mauro Flávio Ferreira Brandão), para que seus membros discutam os problemas enfrentados pelas Ouvidorias-Gerais de todo o País e possam trocar experiências. Inicialmente, o Conselho tem como meta incentivar outros Ministérios Públicos do país a criarem suas ouvidorias.

A Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral do MP é um órgão autônomo que foi criado em 2006, na gestão da Procuradora Geral de Justiça, Janete Ismael. O objetivo é elevar os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da instituição.



Ouvidora-Geral Otanilza Lucena

“Muitas pessoas nos tem procurado e procuramos atender da melhor maneira possível, encaminhando as reclamações para os órgãos competentes. A Ouvidoria é o elo principal entre o povo e os membros do MP. Em um futuro próximo, a Ouvidoria será um dos órgãos mais importantes, não só para o Ministério Público da Paraíba como para os Ministérios Públicos de todo o País, pois possibilitará à instituição ter uma visão mais ampla dos problemas que vão surgindo na sociedade para que sejam tomadas as providências cabíveis”,



argumentou a Ouvidora-Geral, Otanilza Lucena.

O trabalho da ouvidoria é norteado pelos princípios da ética, sigilo, legalidade, legitimidade, transparência, disponibilidade, impessoalidade, imparcialidade, autonomia e garantia de resposta. O contato com o órgão pode ser feito através de e-mail (ouvidoria@pgj.pb.gov.br), pela internet (www.pgj.pb.gov.br/ouvidoria), por telefone (83 2107-6000) e por correspondência (R. Rodrigues de Aquino s/n, Centro, Cep: 58.030-013, João Pessoa/PB).

Promotores Estaduais utilizam notebooks para otimizar o trabalho em suas Promotorias

Os Promotores de Justiça do Estado já estão utilizando os notebooks disponibilizados pela Procuradoria-Geral de Justiça da Paraíba em suas Promotorias. Os equipamentos adquiridos em março deste ano fazem parte da política de informatização do MPPB desenvolvida na gestão da Procuradora-Geral, Janete Ismael, para melhorar as condições de trabalho dos membros da instituição.

Nos últimos três anos, o MP adquiriu 600 equipamentos de informática novos. “Esses equipamentos dotaram o Ministério Público de um estrutura moderna na área de tecnologia, para melhor atender a demanda da sociedade nos serviços prestados



Membros do MPPB durante entrega de notebooks para as Promotorias de Justiça

pela instituição”, disse a diretora de Tecnologia da Informação, Maria José Gomes de Oliveira.

De acordo com a diretora, 210 notebooks foram revisados pelo setor e configurados de acordo com as necessidades dos

trabalhos dos Promotores de Justiça. Os novos equipamentos dispõem de softwares livres, o que representa uma diminuição nos custos da instituição.

Em maio do ano passado, a Diretoria de Apoio Funcional do MP foi informatizada e, com isso, os Procuradores de Justiça passaram a levar notebooks para as sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras Cíveis e Criminais. A medida também possibilitou a digitalização dos pareceres dos processos de 2º grau. “O parecer digitalizado facilitou o trabalho dos Procuradores, pois eles não precisaram mais levar pastas com papéis às sessões”, destacou a Procuradora Geral de Justiça, Janete Ismael.

Centro de Aperfeiçoamento do MPPB promove evento e reúne mais de 100 pessoas para discutir as reformas do CPP

O jurista e Procurador do Estado do Paraná, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, esteve no Ministério Público da Paraíba participando, como palestrante, do Seminário de Atualização do Código de Processo Penal e Legislação do Tribunal do Júri. O evento, que aconteceu no auditório “João Bosco Carneiro” da Procuradoria Geral de Justiça e reuniu 134 pessoas, foi promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do MPPB (CEAF) e voltado aos membros do Ministério Público, juízes, advogados e demais operadores do Direito.

Durante sua palestra ele defendeu uma reforma global e não “meramente parcial” do Código Penal Brasileiro. Ao analisar as reformas processadas no ano passado, afirmou que “toda inovação que se fez em matéria de prova consolidou uma visão do processo, mas que é totalmente incompatível com a Constituição”.

Para Jacinto Nelson, que é também Membro da Comissão Nacional de Reforma do Processo Penal no Congresso Nacional, o grande problema das reformas parciais é que elas mexem com o sistema inteiro. “Uma reforma incompatível com a Constituição é inaceitável. Desde 1988, a Carta Magna demanda por uma estrutura e a reforma só fez agudizar ou tornar mais problemática o descompasso entre a Constituição e as regras do Código de Processo Penal. Isto ajuda a produzir efeitos até certo ponto desastrosos ao sistema todo. É preciso ter coragem e for-



Jacinto Miranda deu palestra no MPPB

ça para fazer uma reforma total e alterar o Código inteiro por aquilo que é o núcleo do sistema”, enfatizou.

O jurista explicou que as três leis que reformaram o Código Penal, no ano de 2008, alteraram substancialmente as questões relacionadas à coleta de provas e aos procedimentos. Uma das leis mexeu especificamente com o Tribunal do Júri, “mais no sentido de adaptação daquilo que estava no Código com a maneira como os Tribunais Superiores - o STJ e STF - vinham interpretando as regras do Código de Processo Penal”.

De acordo com ele, hoje já existe uma grande preocupação em “consertar” essas alterações parciais para tentar retomar uma visão sistêmica para um novo Código de Processo Penal integral. Jacinto Coutinho disse que tem discutido o assunto em vários

lugares do país. “O problema do dia-a-dia está na comunidade, onde as pessoas vivem e de onde vem uma reposta às aplicações das leis”, justificou.

Sobre o Tribunal do Júri, o Procurador do Estado do Paraná disse que houve mudanças interessantes, que não mexeram na essência. “Foi interessante, por exemplo, o fato de o júri poder acontecer à revelia, ou seja, sem a presença do réu; a adaptação da primeira fase do júri para tentar se dar mais um pouco de celeridade. A adaptação na forma de composição do corpo de jurados, com a extensão no número de pessoas que possam participar, para evitar uma manipulação; e depois, algumas mudanças que dizem respeito diretamente à acusação como a supressão do libelo, que era como se desencadeava a acusação na segunda fase”, exemplificou.

Atualização

Para o Procurador de Justiça José Raimundo de Lima, Coordenador do CEAF, o Seminário foi uma forma de manter atualizados os que compõem o Ministério Público da Paraíba. “O Ceaf tem se preocupado em atualizar os seus membros, bem como os servidores do Ministério Público. Sempre trazendo palestrantes de alto nível para os nossos eventos. A exemplo deste Seminário que trouxe um dos maiores entendedores do assunto, inclusive, membro da comissão que reformulação do Código Penal, Dr. Jacinto Nelson de Miranda”, ressaltou.

Procuradora Geral de Justiça visita obras do anexo e prevê inauguração em junho

As obras da construção do prédio, onde irá funcionar o anexo da Procuradoria Geral de Justiça, estão em ritmo acelerado. A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Maria Ismael, esteve visitando o local e anunciou que a inauguração está prevista para o mês de junho.

O prédio terá tecnologia moderna e ocupará uma área de 2.300 metros quadrados, desafogando a atual sede. Com três pavimentos, o edifício já está sendo ligado a sede da Procuradoria Geral de Justiça através de passarelas. O andar térreo contará com um auditório termo-acústico e o subsolo funcionará como garagem.

“Esta foi uma das metas administrativa mais importantes que estamos conseguindo realizar. É realmente um marco na história do Ministério Público da Paraíba”, afirmou a Janete Ismael.

O projeto arquitetônico e os complementares têm como arquiteta Ana Cibelle Beltrão e a engenheira responsável Ana Cecília Arcoverde. A engenheira observou que a futura sede está localizada na faixa de entorno da Praça João Pessoa, que é área preservada historicamente. “Apesar de termos que adequar o projeto às normas do Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba (Iphaep), o prédio irá oferecer conforto e segurança aliados à modernidade”, disse Ana Cecília.

A atual administração do Ministério Público da Paraíba fez um alto investimento na recuperação de prédios, construção de sedes de Promotorias, entre outros benefícios estruturais da instituição. Dentro das construções, pode-se destacar a da sede de Campina Grande, que por muitos anos funcionou precariamente no prédio do Fórum da Comarca do Município.

Em fevereiro deste ano, o Ministério Público da Paraíba firmou um convênio com a Secretaria de Planejamento do Estado e a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (Suplan) para a construção do anexo.

O convênio objetivou garantir “a disponibilização de recursos visando o financiamento das obras de construção civil, equipamentos e instalações, na edificação da sede do Ministério Público Estadual”, localizado na rua 13 de maio, por traz do edifício do MP.

Edificação Inteligente

O projeto estrutural foi dimensionado para gerar grandes áreas livres e facilitar a flexibilidade dos ambientes modulados através de divisórias. O prédio terá fachadas imponentes, com uso de pele de vidro que, no auditório, receberá tratamento termo-acústico para total isolamento.

O sistema de climatização será automa-



tizado, com horários de funcionamento previamente programados, evitando desperdício de energia. O sistema de segurança será totalmente controlado por câmeras modernas, catracas eletrônicas e detectores de metais. Sensores de presença em ambiente de circulação controlarão a iluminação, economizando energia elétrica. Haverá uma rede estruturada de telefone e LAN (rede de área local), propiciando o controle total de voz e dados para a informática.

O prédio atenderá, também, as normas de acessibilidade tais como rampas de acesso com corrimãos apropriados, piso tátil para orientação dos deficientes visuais, banheiros adaptados, inclusive para os cadeirantes e elevadores modernos com total suporte aos portadores de deficiência. Estuda-se a viabilidade de mecanismo para gerar o aproveitamento das águas pluviais da futura sede, para uso em jardins e limpeza de piso de garagem, buscando a economia de água potável.

Câmara Institucional de Regulação de Medicamentos Excepcionais será instalada no MPPB

ÓRGÃO VAI RACIONALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE REMÉDIOS DE ALTO CUSTO E USO CONTÍNUO DO SUS

O Ministério Público da Paraíba vai instalar uma Câmara Institucional de Regulação de Medicamentos Excepcionais, que será composta por representantes da Secretaria Estadual de Saúde (SES), do Conselho Regional de Medicina (CRM), do Conselho Estadual de Saúde, da Vigilância Sanitária e de farmacêuticos e bioquímicos da universidade. O objetivo é racionalizar a distribuição de medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS) da Paraíba e combater o “lobby” que laboratórios fazem junto a médicos que atuam na rede pública e privada de saúde para que esses profissionais prescrevam medicamentos comerciais que não constam na lista do SUS.

A decisão foi tomada após uma reunião feita na sede da Procuradoria de Justiça entre a Procuradora Geral de Justiça, Janete Ismael, o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de João Pessoa (Caop), Hamilton Neves Filho, os Promotores de Justiça da Saúde e Meio Ambiente, Glauberto Bezerra e José Farias com o secretário estadual de Saúde, José Maria de França e o Assessor Jurídico da SES, José de Arimatéia.

De acordo com Hamilton Neves Filho, o projeto está em andamento e a Câmara



Reunião do Secretário da Saúde e membros do MP

terá como objetivo diminuir também o número de ações judiciais contra as secretarias de saúde e minimizar gastos com essa despesa. “A intenção é a diminuição de custos, a rapidez no atendimento da medicação e a quebra por parte de alguns laboratórios de influências nos médicos em prescrever um medicamento de uma determinada marca”, explicou.

Segundo Hamilton, as marcas de medicamentos indicadas pelos médicos são caras e os pacientes acabam não tendo a opção de comprar genéricos com preços mais acessíveis, que não são prescritos. “Nós sabemos que o princípio ativo daquele medicamento caro pode ser encontrado em dois, três, quatro tipos de laboratórios. A intenção é quebrar aquele corrente laboratório-médico-paciente”, enfatizou.

Promotores participam de curso de tiro

Trinta e sete promotores de Justiça se inscreveram para participar do curso de tiro nível I promovido, nos meses de março, abril e maio, pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público da Paraíba (Ceaf). O curso tem carga horária de 8 horas/aula, é gratuito e tem duração de um dia. O instrutor das Polícias Civil e Militar da Paraíba, Rogério Rosas Torres, é responsável pelas aulas teóricas e práticas ministradas no Clube Pessoaense de Tiro, localizado na Rodovia PB-004, no município de Santa Rita, na Grande João Pessoa.

Nas duas primeiras turmas, 17 promotores participaram das aulas teóricas e práticas de tiro, que aconteceram nos períodos da manhã e tarde dos dias 28 de março e 04 de abril, respectivamente. O curso se estenderá até o mês de maio. Os promotores e procuradores do MPPB interessados em participar de outras turmas podem se inscrever em uma lista de espera através do telefone da secretaria do Ceaf (83. 3221-0917) e do e-mail ceaf_pb@yahoo.com.br.

A abertura do curso foi feita pelo Procurador de Justiça, José Raimundo de



Promotora de justiça durante aula de tiro

Lima, coordenador do Ceaf. Segundo ele, os novos promotores que ingressaram na instituição puderam contar com esse curso de capacitação. “Queremos que os membros do Ministério Público tenham conhecimento técnico do potencial das armas de vários calibres e se capacitem no manuseio delas. Esperamos, concluída a primeira etapa, realizar novas etapas ainda este ano”, adiantou.

Revista Jurídica

O Ceaf deve lançar, até junho deste ano, a terceira edição da Revista do Ministério Público. A publicação tem periodicidade semestral e seus mil exemplares são distribuídos para membros do MPPB, Procuradorias Gerais de Justiça e Escolas do Ministério Público de todo o País. “Os autores dos artigos são especialmente promotores de Justiça, oportunizando-lhes divulgar matérias científicas que possam orientar os próprios colegas na sua atuação profissional”, disse o coordenador do Ceaf, o Procurador de Justiça, José Raimundo de Lima.

Município de Itabaiana tem nova sede de Promotoria de Justiça

A população do Município de Itabaiana, cerca de 82 Km de João Pessoa, recebeu uma nova sede da Promotoria de Justiça, que foi inaugurada com o nome do Promotor de Justiça Walter Agra de Araújo.

Antes, os membros e servidores trabalhavam em uma sala do Fórum da cidade.

Durante a solenidade de inauguração, ao explicar a escolha do nome do Promotor Walter Agra de Araújo para o prédio, a Procuradora-Geral de Justiça, Janete Maria Ismael, ressaltou o trabalho eficiente e diligente do homenageado na sua função do Ministério Público. “Conheci de perto Walter Agra, homem que eu tinha muita admiração. Ele era um homem discreto, poucas pessoas o percebiam devido a sua discrição como pessoa. Mas era muito competente e atuante”, afirmou Janete, ao acrescentar que se sentia feliz por estar inaugurando a sede do MPPB em Itabaiana e assim melhor atender a sociedade. “O trabalho do MPPB é eminentemente social”.

Coube ao filho do homenageado, o Procurador do Estado de Pernambuco Walber Moura Agra, fazer o discurso em nome dos familiares. Walber fez um breve relato sobre a vida dos seus pais, desde quando se conheceram, casaram e os ensinamentos que passaram para os seus filhos. Sobre o pai, lembrou dois pontos que considerava dar bem a sua característica: uma pessoa que não fazia qualquer concessão que viesse a comprometer a dignidade de seu trabalho como Promotor de Justiça e o zelo que tinha com a coisa pública.

Também discursaram a Promotora de Justiça Ilcléia Cruz de Souza Neves e o Procurador José Raimundo de Lima. “Tenho muito a agradecer a doutora Janete por ter atendido ao nosso clamor de termos um espaço para melhor atender aos cidadãos dos quatro municípios que compõem esta comarca. Trabalhamos para o povo e com o povo e é com alegria que hoje participo da inauguração desta sede de Promotoria”, afirmou Ilcléia.

A Prefeita do Município, Dida Moreira disse que a comunidade de Itabaiana e demais municípios que compõem a comarca estavam muito agradecidas pelo espaço confortável, que vai proporcionar um atendimento digno aos cidadãos.



Código de Postura pretende combater o turismo sexual na PB

MPPB E DO MPT QUEREM PROTEGER CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) uniram forças para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes e evitar o turismo sexual na Paraíba. Uma das medidas desenvolvidas, desde o ano passado, para enfrentar o problema é a criação do “Código de Postura Ética contra a Exploração Sexual Infanto-juvenil”, que deverá ser distribuído em maio na rede hoteleira, em bares e em restaurantes de João Pessoa e de outros municípios paraibanos com vocação turística.

Segundo o procurador do Trabalho, Eduardo Varandas, o código possui 18 artigos e deverá ser lançado oficialmente até 18 de maio, o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil. O documento será traduzido em quatro idiomas (alemão, francês, espanhol e inglês) por especialistas da Universidade Federal da Paraíba. “O Código foi proposto pelo MPT e encabeçado pelo MPPB e pelo município de João Pessoa, tendo como base o Código Internacional contra a Exploração Sexual Infantil. Durante dez meses, ouvimos várias entidades.



Eduardo Varandas em visita a Janete Ismael

Ficamos muito felizes com o engajamento do MPPB nesta campanha, principalmente pelo apoio dado pela Procuradora-Geral, Janete Ismael. O apoio das Secretarias de Comunicação, Turismo e Desenvolvimento Social de João Pessoa também está sendo muito importante”, ressaltou o procurador.

A proposta do MPT e do MPPB é fazer com os proprietários dos estabelecimentos comerciais assinem um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que se comprometerão a respeitar normas para prevenir o turismo sexual no Estado.

Uma das ações previstas é fazer com que todas as acomodações de cada estabelecimento do setor hoteleiro (o que inclui pousadas, hotéis, motéis, albergues, etc) tenham um exemplar do Código de Postura para que

o turista seja advertido das penalidades previstas para quem explorar sexualmente crianças e adolescentes. “O Código é uma declaração formal de responsabilidade do Ministério Público Brasileiro, que está preocupado com o crescente aumento da exploração sexual infanto-juvenil no país. Ele tem caráter educativo e repressivo e é importante para garantir que sejam preservados os direitos de crianças e adolescentes. Os empresários precisam aderir ao Código para mostrar à sociedade que estão do nosso lado no combate ao problema”, defendeu a Promotora da Infância e Juventude da Capital, Soraya Escorel.

Audiências Públicas

O MPT e o MPPB realizarão, em conjunto, audiências públicas, notificando os proprietários de estabelecimentos comerciais para que se comprometam a denunciar a exploração sexual infantil e a divulgar o “Código de Postura Ética contra a Exploração Sexual Infanto-juvenil”. A campanha será lançada, inicialmente, em João Pessoa, mas deverá ser estendida ao longo do ano a municípios como Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras. “É uma ação estratégica e preventiva. O Código visa combater o turismo sexual”, destacou Varandas.

Campanha quer desestimular o uso de sacolas plásticas

PARCERIA COM SUPERMERCADOS É PIONEIRA NO PAÍS; AÇÃO OCORRERÁ EM TODA A PB

Incentivar o uso de sacolas de panos retornáveis para garantir um meio ambiente saudável para as futuras gerações. Esse é o principal objetivo da campanha “Consumo Consciente”, lançada no início de março pelo Ministério Público da Paraíba no município de João Pessoa.

A campanha pretende combater a poluição ambiental provocada por sacolas plásticas, que, segundo entidades ambientalistas, representam 40% do material encontrado nos lixões. Para isso, a Coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Capital (1º Caop) firmou uma parceria com o setor supermercadista.

O lançamento da campanha aconteceu no Hiper Bom Preço da BR-230, no dia 11 de março, na Capital e contou com a presença do Promotor do Meio Ambiente de João Pessoa, José Farias de Souza Filho, do coordenador do 1º Caop, Hamilton Neves Filho e do coordenador do Procon municipal, Watteau Rodrigues.

Hamilton Neves comemorou o pioneirismo da campanha e ressaltou que a ação é importante para minimizar os efeitos nocivos do uso abusivo das sacolas plásticas



no meio ambiente. “Estudos revelam que, cada pessoa, utiliza, em média, 880 sacolas plásticas por ano”, justificou.

O Hiper Bom Preço foi a primeira rede de supermercados a aderir à campanha do MPPB. Para estimular os clientes a participarem da ação, o estabelecimento irá conceder um bônus de R\$ 0,03 por cada sacola plástica que deixar de ser utilizada. De acordo com o diretor de Assuntos Corporativos do Hiper, Luiz Harrison, a meta da empresa é reduzir, em cinco anos, o volume de sacolas plásticas em 50%. O objetivo do MPPB é ampliar a campanha para todo o Estado.

MP realiza reunião com autoridades de segurança para combater “saidinhas de bancos”

O Promotor de Defesa dos Direitos do Consumidor de João Pessoa, Glauberto Bezerra, se reuniu com autoridades policiais, representantes do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica (CF) onde discutiram ações estratégicas de enfrentamento aos assaltos que acontecem nas imediações das agências bancárias, conhecidos por “saidinhas de bancos”, em bairros da Capital.

Dentre as medidas apresentadas estão: a atuação conjunta entre os serviços de inteligência dos bancos e as Polícias Federal e Civil; a instalação de câmeras na parte externa das agências bancárias e a elaboração de uma cartilha educativa.

O promotor do Consumidor, Glauberto Bezerra, solicitou a implementação de ações emergenciais para combater e prevenir esses delitos. Os serviços de inteligência das polícias civil e federal atuarão em parceria com os responsáveis pelos serviços de segurança e inteligência do BB e da CEF, trocando informações e imagens. “Vamos atuar repressivamente, através da instauração de inquéritos, da busca de provas e da liberação rápida de imagens para a desarticulação das quadrilhas que cometem esse tipo de crime. Também vamos atuar preventivamente, para evitar que o mal aconteça. Isso será feito através de medidas como a colocação de vigilância na parte externa das agências, com câmeras que ampliem o campo de visão. Temos que buscar a melhoria do serviço no interior e no exterior das agências”, defendeu Glauberto.

Representantes dos estabelecimentos bancários reafirmaram o compromisso em cooperar com o combate a esse tipo de crime. “Por ser um crime contra o cidadão, o Banco do Brasil não tem porque não reafirmar a parceria. O que estiver ao nosso alcance, estaremos à disposição. Vamos, com o tempo, acertar a melhor forma de colaborar”, disse João Carlos Mota, gerente de segurança do BB nos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Também participaram da reunião para discutir as “saidinhas de banco”, o chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Seds), Diamantino Lima; o delegado regional de combate ao crime organizado da Polícia Federal da Paraíba, Omar Gabriel Haj Mussi e a representante dos aposentados, Rosaura Ferraz.



Prefeitura atende recomendação do MP e convoca candidatos aprovados em concurso público

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCAÇÃO, NA REGIÃO DO LITORAL PARAIBANO, VAI NOMEAR, A PARTIR DE MAIO, OS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO NO FINAL DE 2007. A NOMEAÇÃO É EM RESPOSTA A UMA RECOMENDAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE RIO TINTO, JOSÉ RALDECK OLIVEIRA.

O Promotor havia recomendado a nomeação imediata dos candidatos aprovados no concurso público. Caso a Prefeitura não atendesse, o gestor seria acionado judicialmente através de uma ação civil pública.

Para atender à orientação do Ministério Público, a prefeitura de Marcação realizou, há dois anos, concurso público para o preenchimento de vagas previstas para diversos cargos na administração pública, inclusive, para as áreas de saúde e educação. No entanto, os candidatos aprovados no concurso não foram nomeados e suas vagas foram preenchidas por servidores contratados temporariamente.



Promotor José Raldeck

O Promotor José Raldeck constatou a irregularidade e disse que a contratação de servidores temporários em detrimento dos concursados é inconstitucional por não atender aos pressupostos da necessidade temporária de excepcional interesse público e hipóteses expressamente previstas em lei, bem como, não havia expirado ainda o prazo de

validade do concurso.

“O prefeito Paulo Sérgio da Silva garantiu que vai chamar todos os aprovados a partir do mês de maio. Ele me entregou a lista com o nome dos candidatos aprovados”, afirmou Raldeck, enfatizando ainda que o Procurador do Município entrou em contato com o representante do MP para solicitar orientação sobre a quantidade por cargo de candidatos a serem nomeados.

Outros Municípios

Os municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Mataraca, área em que também atua, na Defesa do Patrimônio Público, o Promotor José Raldeck, já cumpriram essa mesma recomendação nomeando todas as pessoas que foram aprovadas nos concursos realizados.

Idosos são beneficiados com campanha “Ação Solidária” da Fundação Escola Superior do Ministério Público

Os idosos assistidos pela instituição de longa permanência Vila Vicentina “Júlia Freire”, localizada no bairro da Torre, em João Pessoa, têm sido o alvo da segunda edição da campanha “Ação Solidária”, que é organizada pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (Fesmip). O objetivo é beneficiar os idosos, através da arrecadação de donativos. A campanha, que teve início no ano passado, foi retomada no começo de março. Ela acontecerá durante todo este ano.



O projeto “Ação Solidária” é uma iniciativa da diretoria da Fesmip e conta com a participação efetiva de alunos e professores da Fundação Escola do MP. Os interessados em apoiar a campanha podem doar alimentos, roupas, material de limpeza e produtos de higiene pessoal no prédio da Fundação, localizado na Avenida Monsenhor Walfredo Leal, 353, no bairro Tambiá. As doações também podem ser feitas em dinheiro através de depósito bancário (Banco do Brasil, Agência - 0011-6 C/C nº. 48.974-3).

De acordo com a coordenadora pedagógica do Fesmip, Sandra Fischetti, a campanha também pretende levantar R\$ 4 mil para que seja construída uma passarela interligando toda a área externa da Vila Vicentina. “Os professores da Fesmip estão fazendo doações em valores de hora/aula. O dinheiro será revertido em material de construção para que seja feita a passarela. Pretendemos também mexer no piso e colocar corrimões para que o prédio atenda às normas de segurança e de acessibilidade exigidas por lei”, acrescentou.

Segundo o diretor geral da Fesmip, o Promotor Lúcio Mendes, muitos idosos atendidos na Vila Vicentina apresentam incapacidades físicas e mentais

e enfrentam dificuldades para promover o próprio sustento. A maioria não tem família ou possuem familiares que não tem condições de ajudar. “Desde o início da campanha, resolvemos escolher a Vila Vicentina como entidade parceira porque ela atende um dos públicos que deve ser protegido pelo Ministério Público: os idosos. Sabemos que a entidade desenvolve um trabalho sério e, com a campanha, pretendemos possibilitar aos nossos alunos que serão futuros promotores a possibilidade de desenvolver a sensibilidade e a responsabilidade social”, explicou.

A instituição

A Vila Vicentina “Júlia Freire” é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos que foi criada em 1944. Reconhecida como utilidade pública através de leis municipal e estadual, a instituição abriga, atualmente, 62 idosos, sendo 34 homens e 28 mulheres, com idades entre 60 e 98 anos. O abrigo sobrevive de doações e conta com o apoio de Igrejas, da Maçonaria, de órgãos públicos municipais e estaduais e de escolas públicas que realizam gincanas para arrecadar material e alimentos.

A Vila Vicentina está localizada na Rua Etelvina Macedo de Mendonça, 327, no bairro da Torre. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (83) 3224-6988. Para saber mais sobre a campanha do Fesmip, ligue para (83) 3222-8320.

MP recomenda e prefeitura exonera servidor que acumulava cargos públicos comissionados

A Prefeitura Municipal de Santana dos Garrotes, localizada no Sertão da Paraíba, acatou a recomendação feita pelo Ministério Público Estadual e exonou um servidor que acumulava ilegalmente, desde janeiro deste ano, dois cargos públicos comissionados no município. De acordo com a lei a acumulação ilegal de cargos públicos de provimento efetivo ou em comissão constitui ato de improbidade administrativa.

Após receber a informação do Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Santana dos Garrotes de que o secretário do Fórum, Warren Beyrrian Saturnino Batista, acumulava o cargo de chefe de gabinete na Prefeitura, o Promotor de Justiça em substituição cumulativa da Comarca de Santana dos Garrotes, João Benjamim Delgado Neto, expediu uma recomendação ao prefeito da cidade sugerindo a notificação do servidor para que, no prazo de cinco dias, ele optasse por um dos dois cargos comissionados que ocupava.

Segundo João Benjamim, o servidor optou pelo cargo comissionado de secretário do Fórum e foi exonerado do cargo comissionado de chefe de gabinete da prefeitura, atendendo à sugestão do MP. O Promotor de Justiça explicou ainda que o sistema constitucional é contrário às acumulações de cargos públicos e que isso só é permitido apenas em casos expressamente previstos em lei. “No caso apresentado, verificou-se que a Constituição e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, ambos do Estado da Paraíba, bem como a Lei Orgânica do Município de Santana dos Garrotes, nada dispõem acerca da acumulação de cargos públicos em comissão, concluindo-se, frente à ausência de disposição expressa, pela sua vedação”, argumentou.